



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
Data 1/1/1  
Cod. OND 00290

POLONOROESTE  
RESUMO

OBSERVAÇÕES RECOLHIDAS NAS ÚLTIMAS VIAGENS,  
AINDA NÃO INCLUÍDAS EM RELATÓRIOS

Carmen Junqueira  
Mauro de Mello Leonel Jr.

MARÇO  
- 1984 -



## PARQUE DO ARIPUANÃ

---

### Hidroelétrica de Juína

O Parque do Aripuanã é hoje a área mais ameaçada das sob a jurisdição da 8a. DR-FUNAI. As invasões são inúmeras. As mais graves são promovidas pelos governos estaduais de Mato Grosso e Rondonia, em flagrante desrespeito às leis que protegem as comunidades indígenas e ao Decreto-Lei da Presidência da República que definiu os limites do Parque do Aripuanã. Não se compreende porque a FUNAI, embora totalmente amparada em termos jurídicos, não tenha solicitado a retirada imediata dos invasores.

Há quase um ano a empresa estatal Centrais Elétricas Mato-Grossenses S/A (CEMAT) invadiu a área reservada pela União ao usufruto da comunidade Cinta-Larga de Serra Morana. Com caminhões e máquinas pôs-se simplesmente a edificar uma barragem a 60 Kms de Juína e a 20 Kms da aldeia indígena. O local conta hoje com cerca de 20 construções, desde as destinadas ao alojamento de centenas de trabalhadores, até oficinas, depósitos e farmácia.

Embora sem consulta prévia à FUNAI, o governo de Mato Grosso pretende, ainda neste mês de março, dinamitar a cachoeira de Juína. O objetivo é tornar a execução da obra irreversível através do alagamento de cerca de 6 a 10 Kms<sup>2</sup> de terra indígena.

As consequências sobre a vida da comunidade Cinta-Larga já se fazem sentir. Vinte índios instalaram-se nas proximidades das construções da CEMAT, onde são conquistados pela empresa com pequenos presentes, como roupas e alimentos. Uma menina Cinta-Larga de 9 anos teria sido violada por um dos trabalhadores. A



tensão é permanente e o chefe indígena de Serra Morena, Lampião, já prometeu matar os invasores, que multiplicam promessas, enquanto terminam as obras que antecedem a dinamitação. Após a dinamitação, além de terem perdido irrecuperavelmente grande parte de seu território natural de perambulação e habitat, os Cinta-Larga não contarão mais com os peixes, hoje parte fundamental de sua nutrição. Os peixes desaparecerão porque chegavam à região dos índios pelas cabeceiras do Rio Aripuanã, então transformadas em barragem.

Os interesses em torno da barragem são inúmeros e importantes. O empréstimo do governo francês que financia a usina foi obtido pelo ex-ministro do planejamento, ex-embaixador em Londres e atual senador pelo Mato Grosso (PDS), Roberto de Oliveira Campos. A hidroelétrica serviria a seis pequenas cidades em redor de Juína. O então diretor da Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso (CODEMAT), Dr. Hilton, político da região, um dos responsáveis pela programação da represa, conta com terras fronteiriças à área a ser alagada, terras que sairiam valorizadíssimas com o empreendimento, assim como outros grandes proprietários das redondezas. Vale ressaltar as ligações da empresa construtora Mappe com o governo do Estado (Mappe-Constram).

A única solução é a retirada imediata dos invasores ainda neste mês, e antes da dinamitação, o que pode ser obtido por um simples mandato de segurança acompanhado de sua execução pela Polícia Federal. O governo do Mato Grosso dispõe de outras terras, da União, do Estado ou desapropriáveis. Após Itaipu, o País conta hoje com excedentes de energia elétrica. Para os índios, estariam longe de serem recompensados pela luz elétrica diante da importante parcela de terras que perderiam e o alcoolismo, a prostituição e as doenças que os invasores trariam, estimulados pela ação ilegal do governo de Mato Grosso. A especulação em torno das terras valorizadas tornaria impossível a vigilância da área.

### Estrada e Lotçamento em Serra Morena

As invasões aliás já começaram. A invasão do governo do estado foi acompanhada pela sem-cerimonia do Sr. Fatex, proprietário da Fazenda Fatex, que já expandiu os limites de sua fazenda para a área de Serra Morena e começou a lotear terras dos índios e vendê-las. Os índios apreenderam os instrumentos e armas de um agrimensor por ele contratado que, juntamente com guardacostas, preparava-se para construir uma estrada até o "loteamento" do Sr. Fatex!

### Estrada Cortando o Parque do Aripuanã ao Meio

O mais grave projeto de estrada é o planejado pela Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste com o apoio do Governo de Rondonia e vários políticos da região. A citada estrada atravessaria o parque dividindo-o ao meio e passando próximo às três principais aldeias dos Cinta-Larga. Apesar das alegações dos políticos locais, na verdade esta estrada significa uma série ameaça ao modo de vida das comunidades indígenas do Parque. Sua divisão ao meio retiraria sua principal função que é a preservação de um espaço único às comunidades desde sempre residentes na região: Suruí, Cinta-Larga e Zoró. A estrada facilitaria as invasões já frequentes na área por parte de garimpeiros, posseiros e caçadores. A FUNAI tem tido dificuldades de acesso a alguns dos pontos do parque por via aérea, um transporte muito caro. Mas a solução não poderia ser uma estrada, mas uma simples picada transitável, ligando as aldeias à sede do Parque em Riozinho, (onde poderiam os índios receber assistência médica) e não a Espigão do Oeste, onde não existe FUNAI. Esta picada seria destinada aos índios e a FUNAI, ficando proibido o acesso aos invasores.



### Dois Garimpos

O garimpo mais importante dos que invadiram o Parque é o de Ouro Preto. A FUNAI assinou um acordo com a empresa mineradora e o prefeito de Aripuanã em que os invasores se comprometem a abandonar as terras dos índios até julho deste ano. Caso a FUNAI não mantenha uma atitude intransigente na altura, o prazo não será cumprido. A empresa já mostrou contar com apoios e influências importantes em Brasília em altos círculos governamentais, e tentará prolongar o prazo de saída. Outro grupo de garimpeiros, ainda não se sabe trabalhando para quem, encontra-se instalado no Rio Guariba, também na área interdita Cinta-Larga. Várias outras invasões de garimpeiros verificam-se em diferentes pontos do Parque, sem que a FUNAI disponha de recursos para a vigilância que seria necessária.

### Saúde

A situação de saúde dos índios do Parque do Aripuanã também não está resolvida, apesar das melhoras. Não se sabe por exemplo quantos índios morreram nos postos de Capitão Cardoso, Tenente Marques e Roosevelt, em epidemias recentes.

### GRUPOS INDÍGENAS NÃO CONTATADOS PELA FUNAI

#### Mequens

No Rio Mequens, próximo à cachoeira do mesmo nome, há um grupo provavelmente de ascendência Macurap, muitos deles semi-aculturados e alguns até casados com imigrantes. Trabalham como seringueiros ou dedicam-se a atividades de auto-sobrevivência. Este grupo seria de 56 pessoas. Foram atendidos recentemente pela Equipe Volante de Saúde do Parque do Aripuanã, mas nenhuma

medida foi ainda tomada no sentido de lhes garantir a terra em que habitam ou algum atendimento médico permanente. As informações da FUNAI sobre os mortos na recente epidemia de sarampo são contraditórias: alguns funcionários referem-se a dez e outros a dois. Não há informações e fichas individuais sobre estes índios.

#### Miguelenos

Este agrupamento (mais de cinquenta índios segundo os Macurap e Tupari do Rio Branco) viveriam nas cabeceiras do Rio São Miguel, num local chamado "Seringal do Seu Ambrósio". As terras em que habitam foram já distribuídas, pelo menos em parte, pelo INCRA, às 10 mil famílias de colonos implantadas no projeto Rio Branco e no projeto Bom Princípio. Eles continuam a perambular. Mantêm algum contato com imigrantes, pois dispõem de facões e até de machados. Um dos grupos de demarcação do INCRA encontrou-se com eles, tendo fugido, cerca de uns quinze homens nus. A FUNAI sabe há anos da existência destes índios. Não se compreende como não prosseguiu o trabalho de atração. Há quatro anos atrás uma equipe percorreu o Rio São Miguel tentando atraí-los. Há notícias de que estariam em contato com foragidos da justiça o que, a ser confirmado, poderá indicar situações delicadas para os índios e os colonos. Estes índios têm também a denominação de Cujubi.

#### Grupo da Serra do Taquaral

Seriam aparentados a duas famílias remanentes de um grupo Aruá. Estão perambulando na Serra do Taquaral a sudeste do P.I. Rio Branco. A equipe militar que demarcou o Rio Branco encontrou uma aldeia abandonada e foi seguida por estes índios. Calcula-se serem também mais de 50. Às vezes perambulam nas proximidades da aldeia de São Luis no Rio Branco. Ainda utilizam



machados de pedra e criam macacos pretos. A Serra do Taquaral fica ao Norte da Reserva do Guaporã do IBDF. Não houve até o momento nenhuma tentativa séria de contatá-los.

#### Uru-Eu-Wau-Wau e Uru-Pa-In

Estes grupos continuam em contato intermitente com funcionários das frentes de atração da FUNAI. Em dezembro atacaram um seringalista em Ariquemes e outro em Guajarã-Mirim. A investigação em torno destes ataques mostra que buscaram pessoas que conheçam, pois não atacaram seus vizinhos. Talvez trate-se de vingança contra ataques passados de seringueiros ou de mateiros. Há um garimpo clandestino funcionando ao norte da área reservada. Os invasores dispõem até mesmo de um campo de pouso, onde há um avião caído. Os títulos definitivos ainda não foram desapropriados, há todo o tipo de invasões. Ainda não foi encontrada uma solução jurídica com o IBDF que reivindica parte da área destes grupos.

#### P I. Rio Branco

A área foi demarcada, mas um seringalista, Milton Santos, continua explorando os índios Tupari, Macurap e Aruá através de seu preposto Edgar Halaia, instalado a leste no interior da área demarcada, no Igarapé California. Não se entende porque não foi desapropriado. Reivindica 16 mil hectares, mas apresenta um documento de apenas cerca de 2 mil hectares e impreciso, segundo o INCRA. Retirou 31 toneladas de borracha da área, em sua maior parte produzida pelos índios que são remunerados em alguns mantimentos e cachaça e continuam devendo sempre ao seringalista, embora trabalhem há décadas para os mesmos. O risco de confronto com os índios é grande, uma vez que o seringalista pretende proibi-los de plantar nas áreas que reivindica. As ameaças são contínuas.

Mais de 40 índios estão fora da área, seja ao norte, nas terras próximas a cachoeira de Paulo Saldanha destinadas ao projeto Rio Branco do INCRA, seja ao sul, no Palhal, na reserva do Guaporé do IBDF.

O P I Rio Branco, de criação recente, é um dos mais abandonados da 8a. DR. Nunca recebeu a visita de uma equipe médica. Suas instalações são particularmente precárias, o posto não dispõe de subsídio orçamentário e a economia dos índios é confundida com a da FUNAI.

A solução para o transporte (de 11 a 23 dias de barco a Guajará-Mirim pelo Guaporé e Mamoré) poderia ser obtida com a abertura de uma picada transitável que ligasse a aldeia de São Luis, sede do posto, com a estrada do projeto Rio Branco do INCRA, que dará acesso a BR-429 em construção até Presidente Médici.

#### PI Pacaas Novas

Há ocupantes ainda não indenizados pela FUNAI dentro da área demarcada. São posseiros pobres e poderiam ser indenizados e transferidos pelo INCRA. Somam cerca de 30 famílias.

Os missionários da New Tribes continuam livremente na área. Sua ação destina-se unicamente à conversão religiosa, implicando no combate permanente à tradição e aos costumes da comunidade. Não dispõem de convênio com a FUNAI mas, em sua maioria, residem dentro da área provocando o protesto de outras religiões, como a Igreja Católica. Alegando serem linguistas, camuflam sua atividade contrária à legislação de respeito à cultura indígena com atividades educacionais, consideradas desinteressantes pelos índios, uma vez que se limitam a uma determinada interpretação da Bíblia.

Os Wari continuam sendo explorados por marreteiros que trocam a borracha produzida pelos índios contra produtos industrializados, numa troca escandalosamente desvantajosa para os índios.





### Sagarana

Trata-se de uma reserva peculiar, mantida pela Igreja Católica. O trabalho da Igreja é razoável, mas a presença de missionários não está afastada de Sagarana. O mais grave é que a área não foi demarcada e é reivindicada pela Igreja como sendo sua, embora tenha sido sempre ocupada pelos índios. A Igreja promete destinar um quarto (dos 10 mil hectares que reivindica) aos índios. Assim, embora estejam hoje assistidos quanto à saúde e educação, não têm garantido nem o usufruto da terra nem das benfeitorias lá feitas, através de doações de organizações europeias terceiro-mundistas. Não há nenhuma presença da FUNAI na área.

### AJUDÂNCIA DE GUAJARÁ-MIRIM

#### Saúde

É urgente a contratação de um médico para a Ajudância de Guajará-Mirim, assim como a de um dentista que possa, com equipamento adequado, ir além das extrações. O atendimento médico na área, uma das mais numerosas do Polonoroeste é insuficiente, a incidência de malária e tuberculose sendo significativa.

#### Administração

Os principais problemas nas áreas da Ajudância continuam sendo a alta rotatividade do pessoal, ausência de enfermeiros e professores, e falta de suprimento aos postos. A contratação de um agrônomo melhorou o apoio técnico aos índios, mas a ênfase é ainda nas roças tipo fazenda-estatal em detrimento da forma tradicional dos índios, por grupo de parentesco.

SUMMER INSTITUTES OF LINGUISTICS (SIL)

Os missionários, geralmente europeus ou norte-americanos, desta seita que na verdade chama-se Wyclife Bible Translators estão autorizados a residirem nas áreas indígenas por um acordo recentemente celebradô com a FUNAI. O acordo não prevê consulta prévia às comunidades sobre uma tal intervenção. Seria recomendável a proibição destas tentativas camufladas de conversão em flagrante violação da legislação que garante ao índio o direito a seus usos e costumes. O trabalho educacional deve objetivar, ao contrário do caso destes missionários, a promoção e não o combate às tradições das comunidades. Alguns missionários pretendem voltar para áreas de onde já foram anteriormente expulsos, como é o caso dos Karitianas. Sempre em que estas missões estiveram em áreas indígenas significaram a divisão da comunidade em lutas religiosas. Sua volta aos Karitiana e Surui e seu ingresso em várias áreas onde nunca estiveram é um retrocesso. Dispõe o governo brasileiro de competentes linguistas em suas universidades, não havendo necessidade de recorrer aos serviços de missionários, cujos interesses são contrários aos costumes que a FUNAI tem por obrigação legal promover.